



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

Ata da 1ª Reunião Ordinária do CBH-LN no ano de 2019

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, às 8h30min, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, no município de Serra da Raiz-PB, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Norte – CBH-LN, no ano de 2019. Antes de iniciar a reunião, todos os presentes se apresentaram. O **Sr. Natanael Leal da Silva** (Presidente do CBH-LN), fez a abertura oficial da reunião, saudou a todos e prosseguiu fazendo a leitura da pauta a ser tratada: **1. Abertura da Reunião; 2. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 3. Apresentação e deliberação sobre o relatório de atividades de 2018 (Mirella Leôncio Motta e Costa); 4. Apresentação e deliberação sobre o Plano de Trabalho 2019 (Diretoria do CBH-LN); 5. Apresentação da situação das barragens inseridas na área de atuação do CBH-LN (representante da AESA); 6. Discussão e encaminhamentos sobre o conflito pelo uso da água na microbacia da Lagoa do Matias, em Bananeiras (decorrente de ofício encaminhado ao CBH-LN); 7. Palavra facultada.** Passou a palavra para o **Sr. Gemerson Farias da Costa** (1º Secretário Geral – Prefeitura de Mamanguape) que saudou todos os presentes e seguiu para o segundo item da pauta. **2. Leitura e Aprovação da Ata da Reunião Anterior.** O **Sr. Gemerson Farias da Costa** fez a leitura da minuta da ata da 4ª Reunião Ordinária do ano 2018 e em seguida submeteu-a a aprovação do plenário, que aprovou por unanimidade. Em seguida passou a palavra para a **Sra. Mirella Leôncio Motta e Costa** (Vice-Presidente - IFPB) prosseguir para o terceiro ponto de pauta. **3. Apresentação e deliberação sobre o relatório de atividades de 2018 (Mirella Leôncio Motta e Costa):** A **Sra. Mirella Leôncio Motta e Costa** cumprimentou todos os presentes e iniciou sua explanação falando sobre o Relatório de Atividades, que é um documento necessário para aprovar as atividades do primeiro ano no PROCOMITÊS, onde apresentou as seguintes ações: realização de quatro Reuniões Ordinárias no ano de 2018; participação na Semana de Mobilização em Defesa da Água, na reunião do Fórum Nacional de Comitês das Bacias Hidrográficas e nos Cursos de Capacitação, promovidos pela AESA; Acompanhamento na arrecadação da cobrança pelo uso da água junto à AESA (que, segundo a Gerência de Cobrança, no ano de 2018 foi arrecadado cerca de duzentos e vinte e quatro mil reais apenas para o CBH-LN) e na aplicação desses recursos, utilizados para a elaboração do vídeo do Uso Racional da Água que teve suporte do Projeto de Implantação do Grupo de Apoio Técnico, vinculado ao CBH-LN e ao Projeto da UFPB para fazer o roteiro, como também na elaboração do Kit ‘Comitês nas Escolas’, que será produzido e distribuído para mais de quinhentas escolas na Paraíba e ainda será utilizado pelos professores para trabalharem a Educação Ambiental; Criação do Instragram do Comitê (@cbhlnpb) e atualização do site ‘Águas da Paraíba’ e das redes sociais. Participação dos membros na Vila Cidadã, evento paralelo ao Fórum Mundial da Água 2018, que aconteceu em Brasília/DF e no Encontro Nacional dos Comitês de Bacias, que foi realizado em Florianópolis/SC. Colaboração do Grupo de Apoio Técnico no Encontro Estadual dos Comitês na criação da Identidade Visual do evento, onde a AESA deu todo suporte aos membros do Comitê, com hospedagem e alimentação; Processo Eleitoral dos Membros, Encontros Regionais e Plenárias; Eleição da nova diretoria; Projeto de Pesquisa interinstitucional entre o IFPB e ICMBio intitulado ‘Monitoramento da Qualidade da Água do Estuário



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

do Rio Mamanguape', que teve início em novembro de 2017 e vai até outubro de 2019; Cadastro de instâncias colegiados no CBH-LN, que são o Sistema CINCO (Cadastro Nacional de Instâncias Colegiadas de Recursos Hídricos), onde todos os membros do Comitê foram inscritos e o Sistema DOC CBH onde são cadastrados todos os documentos relacionados ao comitê, como convocações, atas, deliberações, instruções. A **Sra. Mirella** finalizou sua fala informando que a ANA pede a comprovação de quanto foi utilizado de recurso do PROCOMITÊS, sendo mais utilizado o recurso da cobrança pelo uso da água do que o recurso do PROCOMITÊS. Para aprovação da ata, foi solicitado acrescentar no relatório a participação do CBH-LN nas audiências públicas. Posteriormente o Relatório de Atividades foi aprovado por todos. A **Sra. Maria Célia (AESAs)** falou sobre o quinto ponto da pauta, **5. Apresentação da situação das barragens inseridas na área de atuação do CBH-LN (representante da AESA)**, que não ocorrerá pois o representante da AESA não pôde estar presente, ficando a disposição para a próxima reunião. Passou-se para o quarto ponto da pauta, **4. Apresentação e deliberação sobre o Plano de Trabalho 2019 (Diretoria do CBH-LN)**: A **Sra. Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro (2ª Secretária Geral - ABRH)** iniciou sua fala explicando que o Plano de Trabalho, que é um documento com ações para o ano, também faz parte das atividades solicitadas pelo PROCOMITÊS. Sendo as seguintes tarefas: Fornecimento de alimentação para reuniões e capacitações, Curso de Capacitação sobre os conflitos em gestão dos Recursos Hídricos, Contratação de instrutor para capacitação, Kit de Educação Ambiental, atualização das informações no portal 'Águas da Paraíba', manutenção das redes sociais, realização de audiências públicas, realização do XIII Encontro Estadual dos Comitês de Bacia Hidrográfica, participação de representante do CBH-LN no ENCOB, participação na Semana da Água, Elaboração e Implementação do Plano de Comunicação. A **Sra. Mirella** destacou que o Plano de Comunicação seria uma meta do Procomitês, o Plano deverá considerar as relações entre os membros do CBH-LN e como o Comitê se comunica com a sociedade. A **Sra. Mirella** enfatizou também que o Plano de Comunicação será construído com os recursos do Procomitês e serão consideradas as características de cada Comitê. Outro aspecto destacado pela **Sra. Mirella** foi quanto a importância do uso da rádio em cidades menores, que é bem efetiva para a questão da educação ambiental. A **Sra. Maria Adriana** deu continuidade aos pontos em destaque do Plano de Trabalho: Reunião da diretoria colegiada do Comitê, realização de reuniões ordinárias e extraordinárias, Inserção dos documentos no sistema DOC-PROCOMITÊS, aprovação do TDR do Plano de recursos hídricos da Bacia, Estudos de qualidade da água nas Unidades de Conservação da foz do Rio Mamanguape e Elaboração do Plano Estratégico do CBH-LN. O **Sr. Gemerson Farias da Costa** submeteu o Plano de Trabalho 2019 para aprovação do plenário, que aprovou por unanimidade. Passou-se para o sexto ponto da pauta, **6. Discussão e encaminhamentos sobre o conflito pelo uso da água na microbacia da Lagoa do Matias, em Bananeiras (decorrente de ofício encaminhado ao CBH-LN)**: A **Sra. Kerssia Liliane Santos de Melo (Representante da Prefeitura de Bananeiras)** iniciou sua fala lembrando que esta discussão surgiu a partir do artigo intitulado "*Impactos Ambientais sobre Recursos Hídricos por Empreendimento Habitacionais*", realizado por um estudante da Universidade de Campina Grande, que foi apresentado na Segunda Reunião Ordinária do Comitê do ano de dois mil e dezoito, em Guarabira. O trabalho fala sobre a falta de



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

gerenciamento na microbacia e conflitos na área, prejudicando a chegada da água na barragem da Lagoa do Matias, que abastece mais três municípios. Para contextualizar, a **Sra. Kerssia** mencionou que as denúncias surgiram quando começou a faltar água no período de estiagem. Em estado de calamidade, o município de Bananeiras está passando por uma crise hídrica, com racionamento que só chega água de quinze em quinze dias. O município possui três carros pipas para abastecer uma área de 275 km², área esta que mais de 75% da população está na zona rural e não tem abastecimento da CAGEPA. A **Sra. Kerssia** afirmou que o Estado tem perfurado vários poços para tentar sanar os problemas, momentaneamente, sem trazer alternativas efetivas, criando assim um sistema paralelo de abastecimento, sem orientação. Os próprios moradores que tem fonte de água estão comercializando a água. Os carros pipas têm sido a salvação para quem mora aonde não chega a água da CAGEPA, e em alguns locais que a CAGEPA chega, mas não tem água na torneira, porque não tem dentro do reservatório. A **Sra. Kerssia** questionou qual a razão de não ter mais água, sugerindo alguns motivos como assoreamento das barragens, privatizações das nascentes e barramentos, estando todos licenciados e outorgados por autarquias dentro do Estado. A **Sra. Kerssia** continuou sua fala expondo que encontrou um processo na Secretaria de Meio Ambiente do Município de Bananeiras com denúncia feita ao Ministério Público no ano de dois mil e treze sobre esses barramentos que existem dentro da Bacia da Lagoa do Matias, sendo o denunciante morador de Belém, o morador afirma que a água não estaria chegando a cidade de Belém. A **Sra. Kerssia** destaca que neste período o Ministério Público não tomou providências. Outro processo foi feito pelo próprio Comitê depois de uma visita técnica e encaminhado ao COP, sobre o lixão de Bananeiras, que está localizado a duzentos metros do curso do Rio que vai para Jandaia. A **Sra. Kerssia** destacou a discussão que alguns moradores da região trouxeram sobre as diversas nascentes próximas a Chã do Lindolfo, que recebem esta água para abastecimento. Os moradores teriam a autorização para a retirada de água, no entanto o Ministério Público cancelou as autorizações, previamente cedidas. A **Sra. Kerssia** encerrou sua fala solicitando que saísse da reunião um encaminhamento sobre esse conflito, para que todos tenham acesso à água, principalmente para as comunidades que precisam da água para sobreviver. Passou-se a palavra para o **Sr. Pedro Crisóstomo Alves Freire (Gerência Executiva de Fiscalização – AESA)** que iniciou sua fala expressando que a AESA tem sido culpada por algo que não depende apenas da Agência. Reforçou que o Nordeste está passando pelo sétimo ano sem pluviosidade média e assumiu que a AESA possui uma parcela de culpa nos barramentos em Lagoa do Matias. Sobre o Processo de dois mil e treze citado pela **Sra. Kerssia**, o **Sr. Pedro** afirmou que foi apurado no mesmo ano, sendo notificados 28 pequenos piscicultores, desde o Condomínio Águas da Serra até a Lagoa do Matias. Desses, 18 tiveram a outorga expedida pela AESA posteriormente, pois o Governo do Estado designou um engenheiro de pesca para elaborar o projeto desses pequenos piscicultores. O **Sr. Pedro** destacou que não havia barramento e sim represamento, definindo as duas formas citadas. Em continuidade o **Sr. Pedro** seguiu explicando que o curso da Lagoa do Matias é minado de nascentes, porém estão comprometidas, secas e assoreadas, diminuindo a reserva de água, não comportando a demanda de atendimento de água para a população. O **Sr. Pedro** afirmou que os piscicultores existentes, que são em um número de oito – na bacia da Lagoa do Matias – não têm trazido prejuízo para o abastecimento das comunidades. Outro ponto



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

destacado pelo **Sr. Pedro** foi que, a barragem por ser antiga, está bastante assoreada e que a capacidade de reserva da barragem deve ter diminuído em torno de 60% a 70%. O **Sr. Pedro** ressaltou que as nascentes da Lagoa do Matias não estão prejudicadas por desmatamento e/ou inundações, mas por uso excessivo, em razão do que há armazenado no momento. Finalizando sua fala, o **Sr. Pedro** ficou à disposição para resolução e pedindo a compreensão com o órgão gestor (AESA), que não tem total responsabilidade no conflito. O **Sr. Luiz Joaquim do Nascimento (Associação dos Trabalhadores Rurais de Lagoa do Matias)** destacou em sua fala que quando a barragem foi construída, sua intenção era atender o abastecimento das cidades de Caiçara, Belém, Logradouro, Rua Nova e Cachoeira e em Roma a água chegou em 2008. O **Sr. Luiz** questionou o **Sr. Pedro** sobre a criação de peixes, afirmando que a barragem não foi construída com esta finalidade, afirmando que a criação de peixes é realizada nas imediações (dentro) da barragem. O **Sr. Luiz** destacou a importância na proteção das nascentes, seguindo exemplos de outras localidades. O **Sr. Itaragil Venâncio Marinho (SEIRHMA)** destacou que o Estado não pode fazer tudo que as pessoas queiram, por isso a importância na criação dos Comitês, para que se pudesse ter mais autonomia. O **Sr. Itaragil** ressaltou o princípio da eficiência da Constituição Federal, e destacou as obras de adução do governo do Estado, e que pelo percurso traçado, poderiam realizar o atendimento as outras cidades com problemas de abastecimento na região. Dando continuidade o **Sr. Itaragil** afirmou que desde 2015 possui um projeto de reflorestamento e recuperação das matas ciliares em um edital que a ANA (Agência Nacional de Águas) lançou, no valor de (cinco milhões de reais) e foi aprimorado para o valor de (dez milhões de reais). Destacou que em conversa com o presidente da AESA o (Sr. Porfírio) foi ressaltado que os recursos do Procomitês poderiam ser utilizados no referido projeto, de acordo com a disponibilidade. Finalizando sua fala o **Sr. Itaragil** destacou que estaria à disposição para apresentação do projeto ao CBH-LN. Em continuidade à discussão do conflito na microbacia da Lagoa do Matias O **Sr. Rafael (morador da microbacia da Lagoa do Matias)** destacou que foi até a AESA para se regularizar, perante a retirada de água, e após o vencimento da licença não conseguiu mais se regularizar, em virtude do empecilho com o Ministério Público. O **Sr. Gemerson** chamou a atenção para a conclusão do ponto da pauta sobre a situação de Bananeiras com algum encaminhamento. A **Sra. Itaciara Lucena Cirne** (advogada dos moradores presentes na reunião) inicia sua fala destacando a importância do comitê. Em seguida destacou as falas do **Sr. Luiz, Sra. Kerssia** e do **Sr. Pedro Freire** e como proposta sugeriu um maior contato entre o CBH-LN e a comunidade de Bananeiras a respeito da orientação – em virtude da solicitação de dois moradores quanto ao cadastramento de caminhão pipa – conforme a Lei Estadual nº 6.761/99, que diz que toda pessoa que tem carro pipa deve ser regularizado. A **Sra. Itaciara** destaca a solicitação de estudo hidrológico na região do conflito. Além disso, a **Sra. Itaciara** ressaltou sobre o uso das águas por poços na cidade de Bananeiras e que o poço na rua da Macaíba foi fechado de forma verbal e a comunidade está sem condições de utilizar as águas, solicitando a visita técnica do CBH-LN na região. Destacou também que o condomínio Águas da Serra fica próximo as nascentes e que foram perfurados vários poços, inclusive houve uma perfuração dentro da APP (Área de Preservação Permanente) e que há várias denúncias na SUDEMA e IBAMA e esta situação está afetando a comunidade, consequentemente a Lagoa do Matias está secando. A **Sra.**



COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE DO ESTADO DA PARAÍBA - CBH-LN

Itaciara solicitou ao CBH-LN novamente um estudo hidrológico na região e a aproximação da comunidade com o CBH-LN, para que a comunidade possa saber quais ações podem ser realizadas e quais ações não podem ser realizadas na região do conflito. A **Sra. Itaciara** acrescentou também a necessidade de dar publicidade no site da AESA a todas as questões sobre licenças e outorgas concedidas e que fossem analisados os pedidos de cadastramento de carros-pipas. O **Sr. Pedro** destacou que a AESA perante a lei tem poder de polícia, depois fiscalização por si só exige sigilo e por último a AESA não tem obrigação de dizer onde seu gerente de fiscalização está. Acrescentou também que seu papel seria pedir o apoio da comunidade e do CBH-LN. Em relação à Bananeiras, o **Sr. Pedro** destacou que a AESA concedeu a outorga ao **Sr. Rafael** (carro pipa) para uso pessoal, em seguida acrescentou que na reunião em Chã do Lindolfo o prefeito destacou que iria assumir a fiscalização do uso daquela água, porque a AESA estava defendendo a prioridade comunitária em contrapartida da prioridade pessoal e a AESA foi até o local para administrar esta situação. O **Sr. Pedro** ressaltou que na reunião informou ao prefeito que a AESA não teria condições de conceder outorga para retirada de seis ou sete caminhões pipas de um poço, que estaria vizinho ao poço que abastece a Comunidade de Chã do Lindolfo. Na ocasião o **Sr. Pedro** acrescentou que o prefeito afirmou que assumiria a responsabilidade e que a retirada de água seria apenas para atender a Comunidade de Chã do Lindolfo, mas que até o presente momento não procurou a AESA para oficializar esta ação. Nada mais havendo a tratar, o Sr. **Natanael Leal da Silva** retomou a palavra, e deu por encerrada esta reunião e agradeceu a presença de todos. Eu, **Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro**, 2ª Secretária desta Plenária, lavrei a presente ATA que depois de lida e aprovada será assinada por mim e acompanhada da lista com as assinaturas dos presentes.

Maria Adriana de Freitas Mágero Ribeiro